2017: ano com maiores emissões de gases com efeito de estufa desta década

21 de Agosto, 2017

A Zero – Associação Sistema Terrestre Sustentável, tendo por base dados da REN (Redes Energéticas Nacionais) analisou as diferentes tendências em termos de produção de eletricidade em Portugal Continental entre janeiro de julho de 2017 e as suas consequências para a sustentabilidade no uso de recursos e emissões de gases com efeito de estufa, causadoras das alterações climáticas. A seca que se verifica no Continente conduziu a uma diminuição dramática da produção de eletricidade através das grandes barragens (-60% entre janeiro e julho de 2017 e o mesmo período em 2016), e um aumento enorme do recurso às centrais térmicas (+80%). No que respeita ao total de contribuição de produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, a mesma recuou 28,4%, ou seja, de 78,8% para 50,4%. Isto é, até ao final de julho só metade da eletricidade teve origem em fontes renováveis.

6 milhões de toneladas a mais de dióxido de carbono emitidas este ano
A frequência e a intensidade das secas estão relacionadas com as alterações climáticas, prevendo os modelos uma redução da precipitação da ordem dos 10% para o Norte de Portugal Continental e de 40% para o Sul. Depois de 2016 ter tido uma produtibilidade hidroelétrica 66% acima da média, 2017 está com valores 43% abaixo. As consequências em termos de emissões de gases de efeito de estufa são verdadeiramente dramáticas, já que a produção de eletricidade tem de ser garantida pela queima de combustíveis fósseis, em particular de centrais a carvão (Sines e Pego) (com um aumento de produção de 35%) e de ciclo combinado a gás natural (que quase triplicaram no total a sua produção: +275% em relação ao mesmo período de 2016).

A Zero quantificou as emissões associadas à produção de eletricidade entre janeiro e julho de 2017, verificando-se um aumento de 5,3 milhões de toneladas de dióxido de carbono em relação ao mesmo período do ano passado (+42% em relação às emissões de 2016). Por comparação com 2016, os incêndios estão também a ter uma contribuição acrescida, já que (de acordo com dados fornecidos ao jornal “Expresso” pela Agência Portuguesa do Ambiente), no total ao ano passado se emitiram 2,3 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente e este ano até final de julho já se atingiu 2,9 milhões de toneladas, ou seja, um aumento de cerca de 600 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente, atingindo-se um total de 5,9 milhões de toneladas (praticamente 6 milhões de toneladas). Em termos relativos para se ter uma ideia da dimensão, 6 milhões de toneladas representam cerca de 10% das emissões anuais verificadas em Portugal em 2015. Face aos dados finais e estimados para os anos de 2010 a 2016, tudo aponta para que 2017 venha a ser até agora, o ano com maiores emissões de gases com efeito de estufa da presente década em Portugal.

Queima de carvão aumenta e solar cresceu pouco (5,6%)

As centrais a carvão, por cada quilowatt-hora de eletricidade produzida (kWh), emitem 2,5 vezes mais dióxido de carbono equivalente que as centrais de ciclo combinado a gás natural. Estas centrais, emissoras também de outros poluentes atmosféricos que afetam a saúde humana e o ambiente, deverão ser progressivamente encerradas. Em Portugal, a associação ambientalista defende que esse deve ser o destino nos próximos anos da central termoelétrica de Sines, já com mais de 30 anos e com mecanismos de subsidiação que terminam este ano. Do aumento de 5,3 milhões de toneladas de emissões, 1,8 milhões foram da responsabilidade das centrais a carvão. Se todo o aumento de produção térmica tivesse sido assegurado por centrais de ciclo combinado a gás natural, o que é uma possibilidade do nosso parque térmico de centrais, ter-se-iam poupado 1,1 milhões de toneladas de emissões de dióxido de carbono.

Relativamente à produção de eletricidade através do recurso à energia solar fotovoltaica, os dados são uma desilusão, quer em termos de aumento em relação ao ano anterior (5,6%), quer pelo peso muito diminuto que o solar ainda representa (1,7% do consumo). Se por um lado é verdade que o regime em vigor relativo ao autoconsumo tem tido uma enorme expansão, reduzindo-se o consumo da rede, regime este que não é contabilizado / traduzido nos dados da REN, também é um facto que é indispensável a implementação de projetos de produção fotovoltaica sustentáveis em termos de dimensão e localização que injetem na rede uma quantidade cada vez maior de eletricidade renovável aproveitando o enorme potencial que temos em Portugal dado o elevadíssimo número de hora de sol.

Lições para o futuro
Tendo em conta a continuação e agravamento da situação de seca e de incêndios desde o início de agosto, as emissões associadas a estas duas áreas que aliás estão relacionadas, tenderão a agravar-se. O ano de 2017 muito provavelmente será um dos mais elevados anos em termos de emissões de Portugal desde o início da década.

De forma a aumentar a resiliência do país às próprias vulnerabilidades às alterações climáticas e aos impactes que presenciamos, a Zero considera que é indispensável:

– Fortes apoios ao investimento em eficiência energética e em energias renováveis, em particular no solar fotovoltaico;
– Implementação da reforma florestal, alocando verbas significativas para a melhoria da rede de vigilância e deteção de incêndios e para ações de silvicultura preventiva;
– Fomento de políticas ativas, integradas e abrangentes que consigam lidar e, se possível inverter, o despovoamento do interior do país;
– Promoção de um programa de reflorestação que favoreça a instalação de povoamentos de espécies autóctones e que preveja remunerações anuais para que os proprietários possam forneçam serviços ambientais à sociedade.